



Combate à violência política contra as mulheres

Lina Lopes- Membro do Parlamento Português



Índice

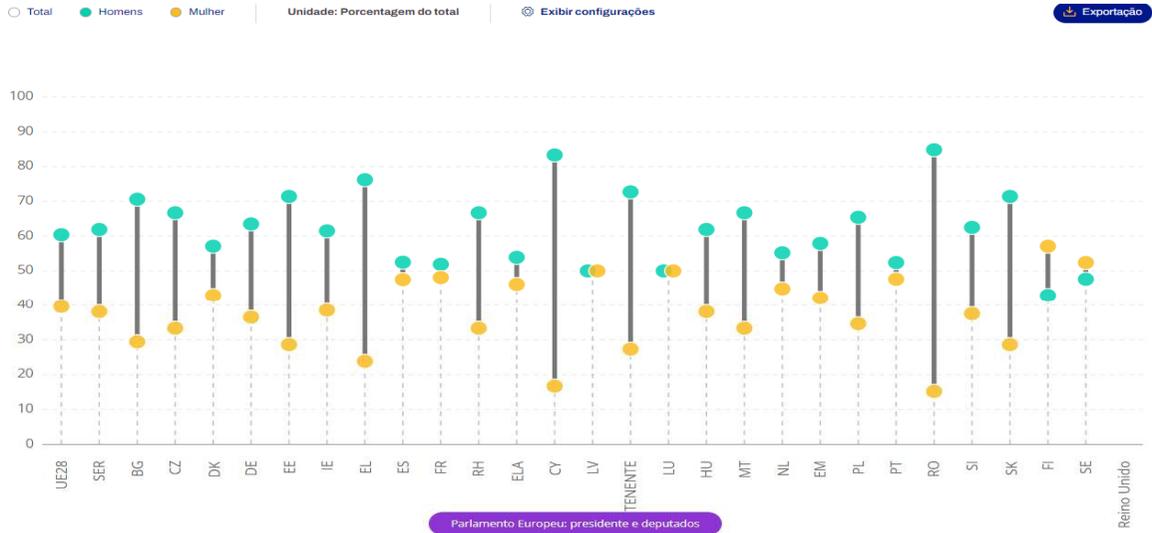
- Desigualdade entre homens e mulheres na representação: Política, Tribunais, Conselhos Consultivos
- Participação política das mulheres
- Obstáculos ao equilíbrio entre homens e mulheres
- Estratégias para reduzir as desigualdades entre homens e mulheres
- Violência política sobre as mulheres
- A influência dos média
- A influência das redes sociais
- EU- Iniciativas para o combate à violência contra as mulheres



Diálogos
UNIÃO EUROPEIA · BRASIL



Desigualdade entre homens e mulheres na representação política Parlamento Europeu e na Comissão Europeia



Parlamento Europeu: presidente e deputados



Comissão Europeia: presidente e comissários

[Indicator: European parliament: president and members | Gender Statistics Database | European Institute for Gender Equality \(europa.eu\)](#)

[Indicator: European Commission: president and commissioners | Gender Statistics Database | European Institute for Gender Equality \(europa.eu\)](#)

EIGE's Gender Statistics Database - Indicator European parliament: president and members
Source: European Institute for Gender Equality.
ÚLTIMO UPLOAD EM: 14.09.2023

Desigualdade entre homens e mulheres na representação política

Parlamentos Nacionais



[Indicador: National parliaments: presidents and members | Gender Statistics Database | European Institute for Gender Equality \(europa.eu\)](#)



[Linha do Tempo](#)

EIGE's Gender Statistics Database - Indicador: European parliament: president and members
 Source: European Institute for Gender Equality.
 ÚLTIMO UPLOAD EM: 14.09.2023

Desigualdade entre homens e mulheres na representação política

Governos Nacionais



Indicador: National governments: presidents and prime-ministers | Gender Statistics Database | European Institute for Gender Equality (europa.eu)

Presidentes e primeiros Ministros

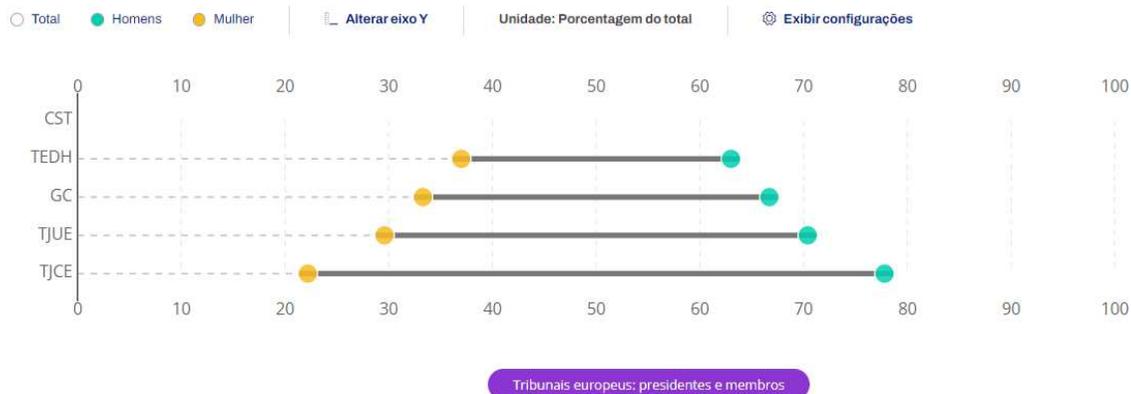


Ministros por antiguidade e função de governo

Indicador: National governments: ministers by seniority and function of government | Gender Statistics Database | European Institute for Gender Equality (europa.eu)

EIGE's Gender Statistics Database - Indicator: European parliament: president and members
Source: European Institute for Gender Equality.
ÚLTIMO UPLOAD EM: 14.09.2023

Desigualdade entre homens e mulheres nos Comit es Consultivos Europeus



Exporta o

Tribunais Europeus: Presidentes e Membros

[Indicador: European courts: presidents and members | Gender Statistics Database | European Institute for Gender Equality \(europa.eu\)](#)



Tribunais Nacionais:
Supremo Tribunal- Presidentes e membros

[Indicador: Supreme courts: presidents and members | Gender Statistics Database | European Institute for Gender Equality \(europa.eu\)](#)

EIGE's Gender Statistics Database - Indicator: European parliament: president and members
Source: European Institute for Gender Equality.
 LTIMO UPLOAD EM: 14.09.2023

Desigualdade entre homens e mulheres nos Comitês Consultivos Europeus

[Indicador: European committees: presidents and members | Gender Statistics Database | European Institute for Gender Equality \(europa.eu\)](#)

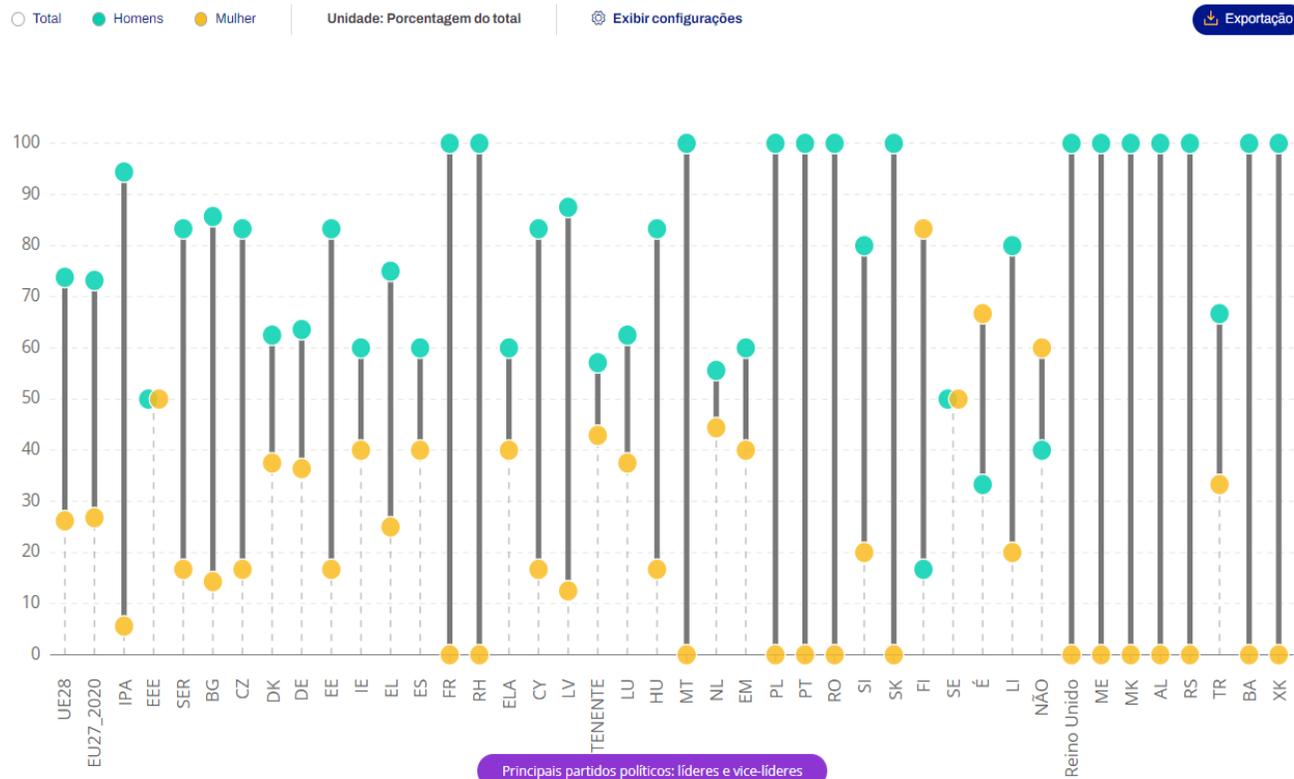


Presidentes e membros
CESE- Comité Economico e Social Europeu
COR- Comité das Regiões

EIGE's Gender Statistics Database - Indicador: European parliament: president and members
Source: European Institute for Gender Equality.
ÚLTIMO UPLOAD EM: 14.09.2023

Desigualdade entre homens e mulheres na representação política

Partidos Políticos



[Indicator: Major political parties: leader and deputy leaders | Gender Statistics Database | European Institute for Gender Equality \(europa.eu\)](#)

'Presidentes e Vice Presidentes



EIGE's Gender Statistics Database - Indicator: European parliament: president and members
 Source: European Institute for Gender Equality.
 ÚLTIMO UPLOAD EM: 14.09.2023

Geographic region\ (Sub-) Domain Scores	Participation in work (Subdomain score)	Financial resources (Subdomain score)	Economic situation (Subdomain score)	Knowledge (Domain score)	Power (Domain score)	Political power (Subdomain score)	Social power (Subdomain score)
France	85,6	79,2	91	65,2	83,8	86,9	78,7
Spain	82,3	73,4	83,6	70	81,1	86,6	77,8
Belgium	81,2	85,2	96,5	74,1	71,6	87	58
Netherlands	87,2	82,5	94	69,1	72,7	76,4	70,1
Sweden	93,3	82,6	92,1	76,4	85,1	95,9	92,9
Denmark	89,9	85,6	93,5	69,2	73,9	76,1	77,5
Germany	84,6	86,5	87,7	56,1	67,6	71,4	63,6
Ireland	85,4	82,2	94,1	69,5	64,7	50,6	78,5
Italy	68,9	76,7	84	60,8	62,7	62,4	59,2
Bulgaria	83,6	56,9	78,9	57,8	62,7	57,5	70,6
Finland	90,8	79,8	95,6	60,5	73,9	91,1	75
Luxembourg	87	98	90,1	70,3	64,4	60,9	75,9
European Union - 27 countries (from 2020)	82,3	77,5	87,9	63,6	59,1	61,4	61,5
Slovenia	88	72,7	98,3	60,7	56,1	56,2	58,8
Latvia	89,1	60,1	77,3	50,4	49,1	41,8	62,4
Portugal	90	63,3	85,5	58,7	57,4	65,1	64,9
Croatia	80,7	62,8	86,4	54,2	49,5	54,7	51,6
Malta	83,7	78,9	88,1	70,1	45,3	39,8	57,1
Poland	82,6	66,6	92,3	59,4	36,4	47,2	26,2
Lithuania	91,7	63,2	80,3	59,3	48,6	59,1	51,5
Austria	82,8	83,3	93,4	65,6	55,4	81,6	65,3
Greece	73	60,8	84,5	57,3	30,4	36	25,5
Slovakia	87,4	55,9	98,4	62,1	31,1	36,8	29,6
Cyprus	86,1	75,5	91,8	65,5	29,2	34,5	32,3
Estonia	92,3	64,3	83,6	57,8	33	55,4	29,8
Hungary	86,4	59,1	92,6	57,9	26,2	26,4	33,4
Czechia	83,6	64,1	98,3	59,8	30,2	43,4	31,6
Romania	74,1	62,3	80,1	54,4	30,7	31,8	57,6

Conclusão

- O aumento da participação no trabalho, na educação, os recursos financeiros, a situação económica o conhecimento, não implica maior poder político ou maior poder social..



Quais são então os obstáculos ao equilíbrio entre mulheres e homens na esfera Política

???

Obstáculos ao equilíbrio entre mulheres e homens

Na sub-representação das mulheres na política

Barreiras:

- **Estruturais e sociais** que continuam a impedir as mulheres de procurar cargos públicos e de cumprir os seus mandatos ou aceder a cargos de liderança depois de eleitas.
- **Exemplo:**
- **Culturas políticas dominadas pelos homens** (nos partidos e parlamentos)
- **Papéis e estereótipos de género** na sociedade em geral e ausência de **modelos femininos**.
- **Exemplos de estereótipos com mensagem de que as mulheres "não são feitas para" a política ou não são atores políticos "legítimos"**.
- **Adicionais ou específicas** que enfrentam diferentes grupos de mulheres, como por ex: idade, classe, origem étnica, religião, deficiência ou orientação sexual.

Obstáculos ao equilíbrio entre mulheres e homens

Atenção

- Mesmo existindo mulheres nos parlamentos e nos governos, as chamadas **mulheres poderosas** – Estas mulheres e as **associação de mulheres que empoderem outras** – continuam a **suscitar reações fortes e negativas**, que continuam a ser um **obstáculo para as mulheres** que desejam entrar – e prosperar – **na política e noutras áreas de liderança**.
- Existem **barreiras que limitam a «procura» de mulheres candidatas**:
 - **A influência dos partidos** e dos eleitores varia nos diferentes sistemas eleitorais:
 - Sistemas **mais «fechados»**, em que os eleitores votam num partido e não em candidatos individuais, os partidos têm maior influência sobre os candidatos eleitos,
 - Em sistemas **de «lista aberta»**, em que podem votar diretamente em candidatos específicos, os eleitores têm mais influência nos candidatos (aqui poderá existir mais abertura para as mulheres)

Em conclusão

- Sistemas que se baseiam inteiramente na representação proporcional, ou que incluem um elemento de representação proporcional, são mais eficazes na promoção da eleição de candidatas do sexo feminino do que os sistemas de pluralidade/maioria baseados inteiramente em círculos eleitorais uninominais, tornando os próprios sistemas eleitorais um potencial **obstáculo institucional**.

Obstáculos ao equilíbrio entre mulheres e homens

Nota:

- Apenas **dois dos seis maiores** partidos políticos europeus mencionaram a igualdade de género no seu manifesto eleitoral e nenhum apelou especificamente à adoção de quotas de género.
- Um **inquérito à escala europeia sobre as carreiras políticas das mulheres** revelou também que muitas mulheres desejam **entrar na política mais tarde na vida, quando têm menos responsabilidades familiares**. Os partidos políticos podem entrar em contato de forma proativa para ampliar o grupo de mulheres candidatas
- Para **futuras eleições, o relatório Europeu** apelou a um conjunto de dados sobre candidatos, como sistemas eleitorais, sexo e idade dos candidatos, e sistemas de quotas ou zipping aplicados, como base para análises mais robustas dos fatores que afetam as hipóteses de eleição das mulheres.
- O EIGE, o comité de peritos que presta aconselhamento sobre a política de igualdade de género a nível da UE, o **Lobby Europeu das Mulheres (EWL)**, a **Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa** e a **investigação para o Parlamento Europeu identificaram uma série de boas práticas e medidas** que os legisladores, os governos, os parlamentos, os partidos políticos e a sociedade civil podem tomar para **melhorar o equilíbrio entre homens e mulheres na representação política**

➤ Exemplos de Medidas:

- «**duras**» como a alteração dos sistemas eleitorais e a exigência de quotas legislativas por género,
- «**brandas**» como a introdução de quotas partidárias voluntárias e a prestação de formação, orientação, financiamento e outro tipo de apoio às mulheres candidatas, em especial mulheres jovens e mulheres de grupos minoritários sub-representados.

Conclusão

- **Passou um século desde que as mulheres conquistaram o direito de voto nas eleições nacionais, foram eleitas para os parlamentos nacionais ou ocuparam pela primeira vez um cargo ministerial.**
- **Dados à escala europeia mostram que as mulheres continuam a estar sub-representadas na tomada de decisões políticas a nível local, nacional e europeu.**
- **O Índice de Igualdade de Género, desenvolvido pelo Instituto Europeu para a Igualdade de Género (EIGE), 0 a100, mede as disparidades entre homens e mulheres ao longo do tempo e mostra que, embora o «poder» seja o domínio em que se registaram mais progressos nos últimos 10 anos, é também o domínio em que as disparidades entre homens e mulheres continuam a ser maiores.**
- **A Suécia é atualmente o único país da UE a obter uma pontuação superior a 90 no indicador «poder político», que se baseia na percentagem de mulheres ministras, deputadas e mulheres nas assembleias regionais.**
- **Alguns Estados-Membros, como a Eslovénia e a França, registaram grandes progressos, mas o facto de os resultados de outros países terem diminuído, alguns a partir de uma base já baixa, ilustra que os aumentos na representação política das mulheres não são necessariamente lineares ou evidentes (não é cumulativo apresentam retrocessos)**

Estratégias para reduzir as desigualdades entre homens e mulheres

➤ Do ponto de vista mais global

- **criar uma linha de acesso à vida pública e à política**, para isso incentivam-se os governos, os partidos políticos, a sociedade civil, os meios de comunicação social e as instituições europeias a desafiar os estereótipos de género que deslegitimam a participação das mulheres e incentivam proativamente as raparigas e as mulheres a participarem.
- Criar o ativismo de base (associações ou outros) que pode conduzir ao envolvimento na política local e, posteriormente, à política a nível nacional.
- as **quotas de género** podem aumentar a representação das mulheres, mas, **para serem eficazes**, devem ser concebidas de modo a adaptarem-se ao sistema eleitoral e incluir regras sobre a **colocação de candidatos em lugares «elegíveis» e sanções efetivas em caso de incumprimento**. (a Introdução de quotas conduziu a um aumento em 10 pontos percentuais na representação das mulheres nos parlamentos nacionais
- Uma investigação na EU sugere também que **os partidos constituídos maioritariamente por mulheres** têm sido bem-sucedidos no aumento da representação feminina em vários países da UE, "embaraçando" outros partidos mais tradicionais e mais poderosos por não apresentarem mulheres como candidatas, incluindo mulheres na liderança partidária, ou por não responderem às preocupações das mulheres. ⁷ constatou que uma minoria considerável de jovens membros do partido tem um desejo de longa data de entrar na política.

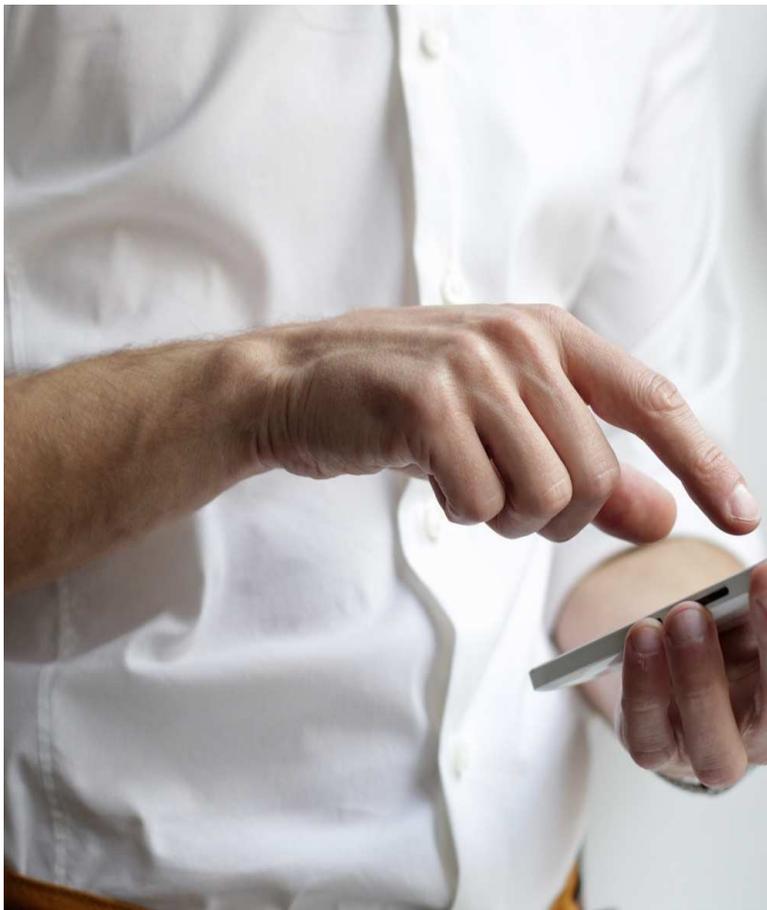
Estratégias para reduzir as desigualdades entre homens e mulheres

Uma investigação a nível europeu demonstrou que, em alguns países da UE, a introdução de quotas de género conduziu a grandes saltos imediatos (aumentos de mais de 10 pontos percentuais) na representação das mulheres nos parlamentos nacionais.

Concluiu que as **quotas** podem aumentar a representação das mulheres, mas, **para serem eficazes**, devem ser concebidas de modo a adaptarem-se ao sistema eleitoral e incluir regras sobre a colocação de candidatos em lugares «elegíveis» e sanções efetivas em caso de incumprimento.

Além disso, devem ser tomadas novas medidas para chegar a um leque diversificado de mulheres.

Uma investigação na EU sugere também que **os partidos constituídos maioritariamente por mulheres** têm sido bem-sucedidos no aumento da representação feminina em vários países da UE, "embaraçando" outros partidos mais tradicionais e mais poderosos por não apresentarem mulheres como candidatas, incluindo mulheres na liderança partidária, ou por não responderem às preocupações das mulheres. ⁷ constatou que uma minoria considerável de jovens membros do partido tem um desejo de longa data de entrar na política.



Violência política sobre as mulheres

Assédio, sexismo, estereótipos nocivos e intimidação das mulheres na política e na vida pública é preocupante.

Durante demasiado tempo, estas violações dos direitos humanos foram tolerado e normalizado. Têm consequências negativas na concretização do género e da igualdade, provocando e agravando a sub-representação das mulheres na política, afetando o seu contributo para os processos políticos.

Esta violência contra as mulheres sendo muito elevado o risco de as mulheres não se envolverem na política ou mesmo abandonarem a politica por considerarem o ambiente politico como demasiado tóxico e desgastante.

- Dados de um inquérito realizado pela União Interparlamentar e pela Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa em 2018 revelou um nível **alarmante de sexismo, assédio e violência contra deputadas na Europa (baseia-se em conversas individuais voluntárias com 1²³ mulheres de 45 países europeus.**

85,2% das deputadas que participaram no estudo afirmaram ter **sofrido violência psicológica durante seu mandato.**

46,9% receberam ameaças de morte ou ameaças de violação ou espancamento.

58,2% foram alvo de ataques sexistas online nas redes sociais.

67,9% foram alvo de comentários relacionados com a sua aparência física ou baseados em estereótipos de género.

24,7% sofreram violência sexual e **14,8%** sofreram violência física.

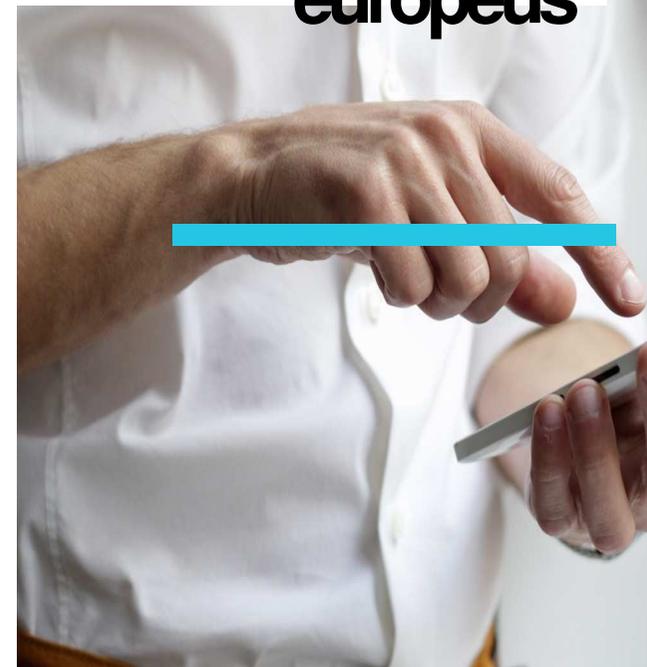
33,3 % afirmaram que tal tinha afetado a sua liberdade de expressão e a margem de ação durante o seu mandato

Deputadas com menos de 40 anos foram mais frequentemente vítimas de assédio moral e sexual

As deputadas ativas na luta contra a desigualdade de género e a violência contra as mulheres foram frequentemente alvo de ataques

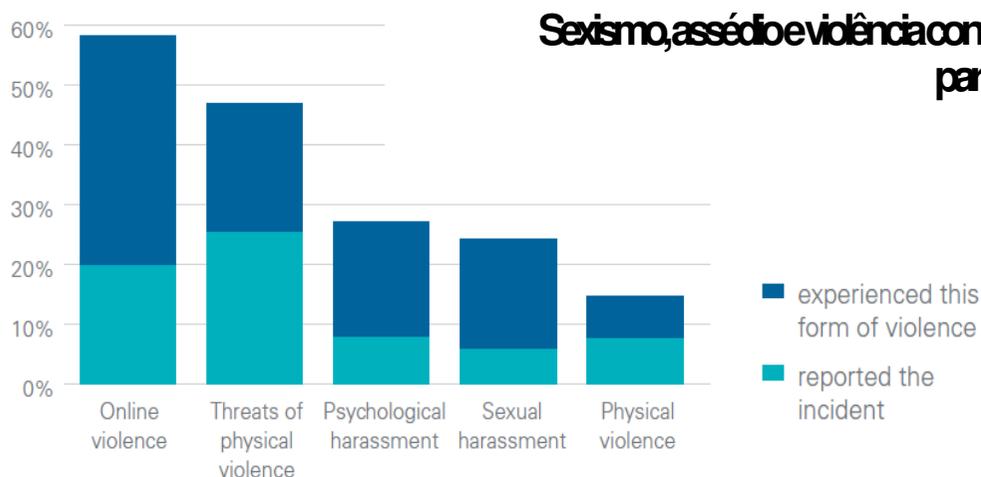
Mas Asmaioria (79,2 %) dos membros que foram vítimas de assédio e violência estava determinada a permanecer no cargo e a candidatar-se a um novo mandato

Sexismo, assédio e violência contra as mulheres nos parlamentos europeus



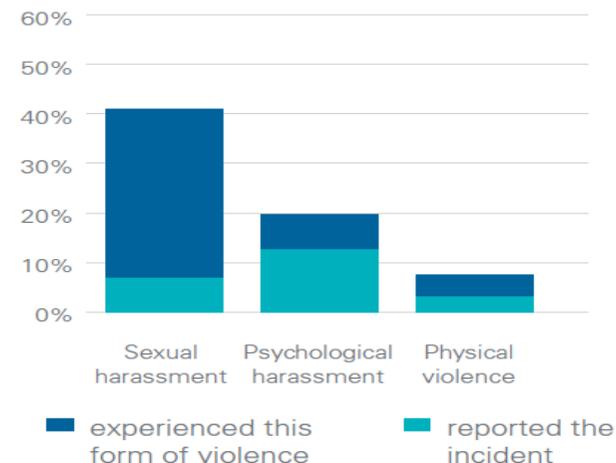
Female MPs surveyed

Prevalence of acts of violence and rates of reporting



Female members of parliamentary staff surveyed

Prevalence of acts of violence and rates of reporting



Os autores do assédio e da violência eram tanto opositores políticos como colegas do próprio partido das mulheres, ou cidadãos comuns.

Várias das mulheres que participaram no inquérito lamentaram que, atualmente, não exista no seu parlamento qualquer serviço ou mecanismo a que possam recorrer em caso de assédio ou violência.

- O sexismo, o assédio e a violência contra as mulheres nos parlamentos têm efeitos negativos na saúde física e psicológica das pessoas em causa que impactam também na qualidade e eficácia do trabalho parlamentar e, conseqüentemente, nas políticas públicas.
- O sexismo, o assédio e a violência contra as mulheres nos parlamentos impedem que os parlamentos sejam locais inclusivos e representativos da sociedade no seu conjunto.
- Os parlamentos devem encontrar soluções abrangentes para prevenir e combater o sexismo e a violência contra as mulheres nos parlamentos, incluindo medidas para incentivar a denúncia de tais atos.

Sexismo, assédio e violência contra as mulheres nos parlamentos

Resposta dos Parlamentos

Com base nos resultados do estudo e nas boas práticas identificadas, os parlamentos são convidados a responder em conformidade com as recomendações formuladas no final deste estudo e, em particular:

1. Tornar perfeitamente claro que os comportamentos sexistas, o assédio moral e sexual e a violência baseada no género no parlamento são totalmente inaceitáveis, e indicar claramente quais as vias de recurso à disposição dos deputados e do pessoal parlamentar
2. Assegurar que aqueles que acreditam ser vítimas de assédio e agressão possam ter acesso a serviços de assistência e aconselhamento que ofereçam total confidencialidade;
3. Criar um mecanismo de queixas e de investigação que seja confidencial, justo e responda às preocupações das vítimas;
4. Introduzir e aplicar sanções disciplinares contra os agressores;
5. Organizar ações de formação destinadas a todas as pessoas que trabalham no Parlamento sobre o respeito no trabalho e a luta contra o sexismo e o assédio;
6. Realizar inquéritos sobre sexismo, assédio e violência contra as mulheres em cada parlamento, em consonância com a abordagem adotada neste estudo.

(Criar um Código de conduta- Criar um Provedor do Deputado))

A influência dos média

Pontos Negativos

- A sub representação e a deturpação das mulheres nos meios de comunicação social têm um impacto negativo nas aspirações das mulheres e no sucesso eleitoral
- Em contrapartida uma maior visibilidade mediática pode ajudar a eleger mais mulheres.
- A análise longitudinal das eleições europeias concluiu que as mulheres candidatas são subnotificadas nos **meios de comunicação social e, entre 2004 e as eleições de 2014, registaram-se poucas melhorias.**
- **As conclusões de oito «novos» Estados-Membros da UE** (Bulgária, Chipre, Croácia, Hungria, Letónia, Lituânia, Malta e Polónia) **mostram que, durante as eleições europeias de 2014, as mulheres receberam menos atenção** do que os seus homólogos masculinos, abaixo da média dos deputados homens
- As mulheres tinham **também quatro vezes mais tendência a ser alvo de referências à sua aparência e menos tendência a serem desafiadas sobre questões para a sua eleição**

Pontos Positivos

- Candidatas femininas com maior visibilidade nos meios de comunicação foram eleitas.
- maior visibilidade mediática aumenta:
 - as oportunidades futuras, influenciando as decisões das mulheres de se candidatarem,
 - a escolha dos candidatos pelos partidos políticos,
 - a perceção que é dada aos jovens da política como uma carreira adequada para as mulheres.

Uma pesquisa usando dados **do Global Media Monitoring Project** descobriu que, sendo as ambições dos indivíduos formadas por longos períodos de tempo, os retratos sexistas de mulheres em reportagens cotidianas dos média também sufocam a ambição das mulheres que estariam dispostas a candidatar-se politicamente ambiente de média menos sexista.

Influência das redes sociais

Aspetos Positivos

- O uso das redes sociais por mulheres candidatas foi um fator que aumentou sua visibilidade e cobertura em outros meios de comunicação.
- As plataformas de redes sociais, como o Twitter, podem proporcionar às mulheres candidatas e políticas um canal direto para chegar ao público e evitar uma cobertura mediática tendenciosa em termos de género, mas podem estar longe de ser «favoráveis às mulheres».

Aspetos negativos

- O inquérito de 2016, da UIP, às mulheres deputadas confirma que «**as redes sociais tornaram-se o primeiro lugar em que a violência psicológica** – particularmente sob a forma de comentários sexistas e misóginos, imagens humilhantes, mobbing, intimidação e ameaças – é perpetrada contra mulheres deputadas».
- **60,5 % dos inquiridos afirmaram que tais atos são «fortemente motivados pelas posições claras que assumiram sobre questões específicas»** e que tomar posição sobre «assuntos controversos, como a defesa dos direitos das mulheres e dos direitos humanos em geral» os tornou alvos particulares de comportamentos sexistas e atos de violência.

A ciberviolência tem vindo a aumentar na sequência da utilização da Internet, das ferramentas informáticas, das redes sociais , conduzindo, nos últimos anos, a um aumento acentuado do incitamento público à violência e ao ódio, nomeadamente com base no sexo ou no género.

Trata-se frequentemente de uma extensão da violência sofrida pelas vítimas.

A partilha fácil, rápida e ampla do discurso de ódio através da palavra digital é reforçada pelo efeito de desinibição em linha, uma vez que o presumível anonimato na Internet e o sentimento de impunidade reduzem a inibição das pessoas para participar nesse discurso.

As mulheres são frequentemente alvo de ódio sexista e misógino em linha, que pode transformar-se em crimes de ódio fora de linha.

A linguagem utilizada neste tipo de incitamento nem sempre se refere diretamente ao sexo ou género da(s) pessoa(s) visada(s), mas a motivação tendenciosa pode ser inferida do conteúdo geral ou do contexto do incitamento.

Trata-se frequentemente de uma extensão da violência sofrida pelas vítimas.

Iniciativas Europeias de combate à violência contra as mulheres



COMISSÃO
EUROPEIA

Estrasburgo, 8.3.2022
COM(2022) 105 final

2022/0066 (COD)

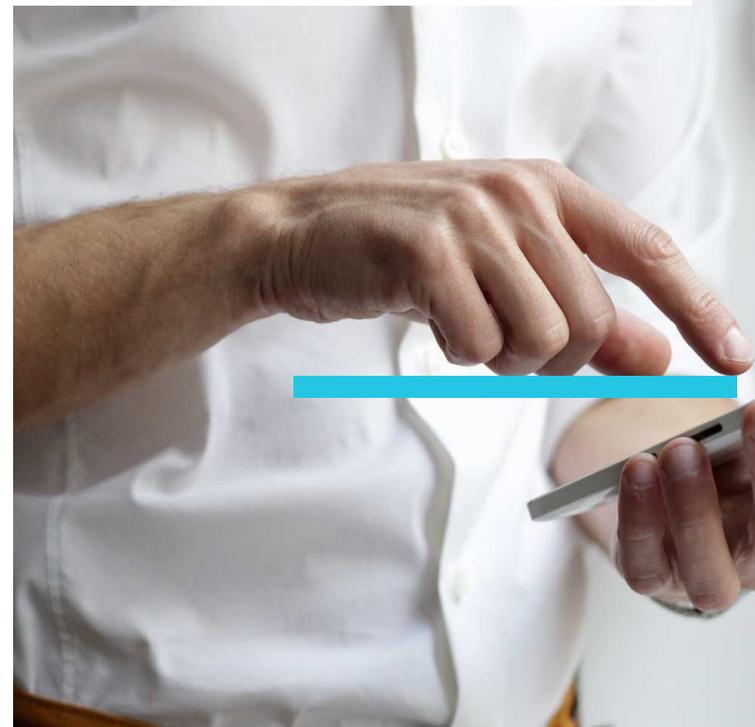
Proposta de

DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO

relativa ao combate à violência contra as mulheres e à violência doméstica

{SEC(2022) 150 final} - {SWD(2022) 60 final} - {SWD(2022) 61 final} -
{SWD(2022) 62 final} - {SWD(2022) 63 final}

Violência política sobre as mulheres



Iniciativas Europeias de combate à violência contra as mulheres

As orientações políticas da presidente Ursula von der Leyen salientaram a necessidade de prevenir e combater a violência contra as mulheres, proteger as vítimas e punir os infratores como uma prioridade fundamental para a Comissão.

A Estratégia para a Igualdade de Género 2020-2025 deu a conhecer as medidas da UE para prevenir estas formas de violência, proteger as vítimas, processar judicialmente os infratores e aplicar políticas abrangentes e coordenadas nesta matéria.

O Plano de Ação sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais reitera o compromisso de combater a violência baseada no género e propõe legislação para o efeito.

O Parlamento Europeu instou repetidamente a Comissão a propor legislação sobre a violência contra as mulheres e a violência doméstica, bem como sobre **a ciberviolência de género**.

O Parlamento Europeu adotou mais recentemente dois relatórios de iniciativa legislativa com base no artigo 225.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE), solicitando à Comissão que apresentasse propostas sobre o **combate à violência de género e a ciberviolência e sobre o aditamento da violência baseada no género como novo domínio de criminalidade enumerado no artigo 83.º, n.º 1, do TFUE, respetivamente:**

Resolução, de 14 de dezembro de 2021, que contém recomendações à Comissão sobre o combate à violência com base no género: ciberviolência [2020/2035 (INL)].

Resolução, de 16 de setembro de 2021, que contém recomendações à Comissão sobre a inclusão da violência com base no género nos domínios de criminalidade enunciados no artigo 83.º, n.º 1, do TFUE [2021/2035(INL)].

Apesar da grande prevalência da ciberviolência a regulamentação apresenta-se até à data extremamente fragmentada, tendo sido identificadas lacunas jurídicas significativas, tanto a nível da UE como dos Estados-Membros

A presente diretiva será o **primeiro ato a abordar especificamente este tipo de violência**. As medidas baseiam-se nas **recomendações** do Grupo de peritos sobre o combate à violência contra as mulheres e a violência doméstica («GREVIO»), o organismo especializado independente responsável pelo acompanhamento da aplicação da Convenção de Istambul. Assim propõe-se:

O reforço do acesso das vítimas à justiça e do direito a uma proteção adequada, como resposta direta às necessidades específicas das vítimas de violência. Assegurando:

- que as **autoridades nacionais estejam devidamente informadas** para combater a violência contra as mulheres
- a **remoção de conteúdos em linha relacionados com infrações de ciberviolência** e a possibilidade de **recurso judicial para os utilizadores afetados**,
- a existência de organismos governamentais para prestar assistência, aconselhamento e representação às vítimas em processos judiciais em matéria de violência contra as mulheres.

O conceito de «**criminalidade informática**», **constante do artigo 83.º, n.º 1, TFUE**, abrange as infrações cometidas ou intrinsecamente ligadas à utilização das tecnologias da informação e da comunicação.

A utilização dessas tecnologias como meio de ataque pode ampliar a gravidade da infração em termos de quantidade, qualidade, intensidade, seleção de alvos e duração de uma forma que não pode ser alcançada por outros meios.

CONCLUSÃO

É necessária formação em matéria de sensibilização e esclarecer equívocos sobre o que constitui comportamento sexista, sexual assédio e outras formas de violência baseada no género.

A Convenção de Istambul sobre a violência contra as mulheres também deve ser mais promovida e aplicada



Fim da violência política contra as mulheres

Obrigado

Lina Lopes

+351 912292471

llopes@psd.parlamento.pt

llopeslisboa@gmail.com

